



Aos Trabalhadores do Património Cultural e  
Museus e Monumentos de Portugal



# UNIDOS PARA GARANTIR OS NOSSOS DIREITOS!

## Reuniões com a Secretária de Estado da Cultura e Vice Presidente do Património de Portugal I.P.

No dia 6 de março, os representantes da Federação e Sindicatos reuniram-se com a Secretária de Estado para discutir os problemas mais urgentes relacionados com o processo de avaliação de desempenho, não pagamento de abono para falhas e do trabalho suplementar referentes ao ano de 2023 e a continuação gritante da falta de Recursos Humanos nas duas estruturas criadas, a Património Cultural, I.P. (PCIP) e a Museu e Monumentos Portugal. EPE (MMPEPE) com a extinção da Direção Geral do Património Cultural.

A Federação lembrou a Secretária Estado que contrariamente ao que afirmou, a criação daquelas estruturas, **não resolveu** os problemas de funcionamento que continuamente referenciamos com a falta de pessoal, como se acrescentam outros, devido à falta de comunicação entre as direções de vários níveis e os trabalhadores.

Consideramos ainda que o “trabalho de casa” para garantir uma transição mais calma não foi feito. Os direitos dos trabalhadores, as progressões nas carreiras e categorias, devido aos atrasos na conclusão do processo de avaliação de desempenho foram postos em causa.

A Secretária de Estado, contrariou a posição de Federação considerando que a transição decorre bem, com os problemas normais destes processos, e usou mais uma vez o “poder” do Ministério das Finanças para justificar a não resolução da falta de pessoal e incredivelmente informou que no caso do PC,IP a solução continua a ser a mobilidade e que, na MMP,EPE, será mais fácil porque a contratação se rege pelo Código do Trabalho.

Quanto ao atraso no processo de avaliação, informou que a situação será resolvida assim que houver resposta às reclamações ainda em análise.

**É inadmissível** que as expectativas de progressão salarial na carreiras e categorias dos trabalhadores não se verifiquem devido ao atraso no encerramento do processo de avaliação dos biénios (2019/2020, 2021/2022) e rejeitamos justificações, como a resposta às reclamações feitas neste processo, exigindo a resolução imediata do problema.

Considerámos ainda **inaceitável** que relativamente ao processo de avaliação do biénio 2023/2024 ainda não tenham sido negociados os objetivos com os trabalhadores que deveria ter ocorrido no mês de fevereiro do ano passado. Alertámos que este atraso não pode prejudicar os trabalhadores, não esquecendo os trabalhadores que transitaram para as CCDR's.

## REUNIÃO COM CONSELHO DIRETIVO DO PC,IP ATRASOS NA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Também a Sr.<sup>a</sup> Vice Presidente do Património Cultural, IP que recebeu a Federação no passado dia 7 reconheceu a existência de atrasos nas homologações das avaliações, comprometendo-se a tomar medidas imediatas para o encerramento urgente do processo, e de imediato garantiu que se aplicará o “acelerador” de progressão nas carreiras e categorias que entrou em vigor no mês de janeiro passado e que o processo de negociação dos objetivos para o biénio 2023/2024 se concluirá de imediato sem prejuízo para os trabalhadores. Não esquecendo os trabalhadores que transitaram para as CCDR's.

## FALTA DE PESSOAL

Concordou com a Federação, que a falta de pessoal é um problema para o PC,IP e lamentou que não houvesse, sem autorização do Ministério das Finanças, outras formas de resolução da falta de pessoal, que não sejam a mobilidade ou recurso à BEP.

A Federação considerou mais uma vez, e Sra. Vice Presidente concordou, que a contratação externa tem que ser agilizada, que a dependência da autorização do Ministério das Finanças, mesmo para recrutar para postos de trabalho que vagam por aposentação ou outras razões, não responde às necessidades urgentes de rejuvenescimento no PC,IP e em toda a Administração Pública.

Concordamos que a constante rotatividade de trabalhadores, muitos em regime de mobilidade e ou com recurso aos quadros de autarquias, não resolvem o problema de falta de trabalhadores nas estruturas, pois, não servem aos trabalhadores nem tão pouco aos serviços. Assim, pedimos a revisão urgente do modelo usado atualmente pelos serviços de Recursos Humanos quanto à resolução dos problemas de falta de pessoal.

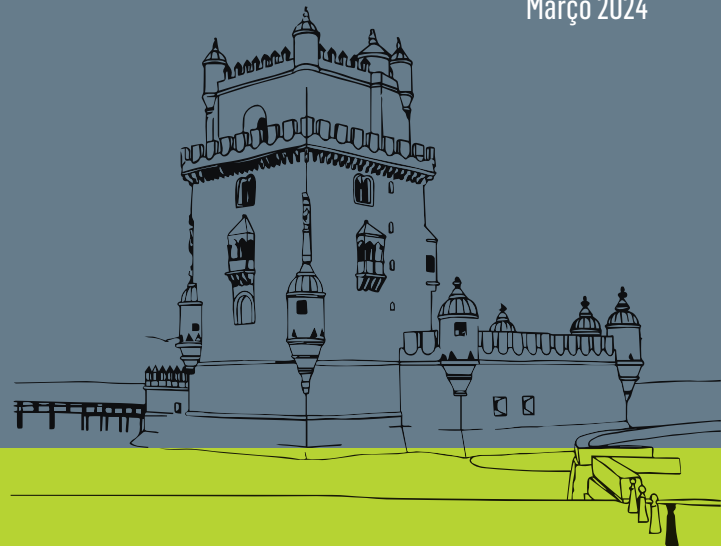
Nestas reuniões concluímos que embora tivessem havido alguns compromissos estes são insuficientes para a resolução dos muitos problemas que os trabalhadores sentem no PC,IP e na MMP EPE.

É por isso **importante** que os trabalhadores se mantenham unidos e disponíveis para a luta e informem os seus sindicatos do desenrolar do processo de descentralização e do desenvolvimento do encerramento do processo de avaliação do desempenho, para que atempadamente possamos reagir e exigir soluções para os problemas. Só assim conseguimos garantir os direitos dos trabalhadores e o bom funcionamento dos serviços.

Em 02/02/24 pedimos agendamento de reunião à administração da Museus e Monumentos de Portugal E.P.E. para tratarmos de diversos assuntos -

## Continuamos a aguardar resposta!

Março 2024



# Sindicaliza-te!

sindicalizados somos mais fortes

[fpsnacional.pt](http://fpsnacional.pt)



segue-nos nas redes sociais

